

educação para a **equidade**

Campanha educativa para a promoção da equidade.

{Apresentação}

*Construir a equidade dialogando e interagindo
num mundo que é de todos*

Caderno da campanha **Educação para a equidade.**



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



Alta Comissão para a Imigração e Diálogo Intercultural, L.P.



FUNDAÇÃO
GONÇALO SILVEIRA



QUALIFICAR É CRESCER.



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



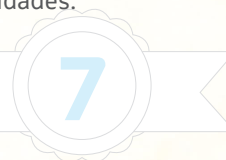
União Europeia a
Fundo Social Eur. opcu



INSTITUTO FORMADOR ACREDITADO POR
DGERT
DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO
E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O **Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I.P.)** é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa. Tem como missão colaborar na concepção, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectorais orientadas para o acolhimento e integração dos imigrantes, valorizando as diversidades e contribuindo para o diálogo entre diferentes culturas, religiões, convicções, comunidades.

Os sete Princípios-chave do ACIDI, I.P.:



1. **IGUALDADE** - reconhecer e garantir os mesmos direitos e oportunidades
2. **DIÁLOGO** - promover uma comunicação efetiva
3. **CIDADANIA** - promover a participação ativa no exercício dos direitos e dos deveres
4. **HOSPITALIDADE** - saber acolher a diversidade
5. **INTERCULTURALIDADE** - enriquecer no encontro das diferenças
6. **PROXIMIDADE** - encurtar as distâncias para conhecer e responder melhor
7. **INICIATIVA** - atenção e capacidade de antecipação.

A **Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)** é uma organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD), promovida pela Companhia de Jesus em Portugal, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento humano integral, em especial nas comunidades mais desfavorecidas dos países lusófonos, principalmente através do apoio às missões jesuítas, e também pela sensibilização para uma sociedade mais comprometida.

A **Campanha Educativa para a Promoção da Equidade** surge na sequência do trabalho realizado ao longo dos últimos quatro anos no âmbito da campanha educativa **M-Igual? Igualdade não é indiferença, é oportunidade**, a qual tem por objetivo a capacitação das comunidades educativas para a responsabilidade social e a cidadania global na perspetiva da igualdade de oportunidades. A campanha **M-Igual?**, liderada pela FGS, conta como parceiros com o ACIDI, I.P., a Rede Inducar, crl, a Fundação Champagnat, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, a Escola Secundária de Pedro Alexandrino e o Colégio São João de Brito.

Coordenação da Campanha: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. **Colaboração:** Fundação Gonçalo da Silveira. **Design Gráfico:** Vasco Avillez.

Conteúdos

04	<i>Campanha Educativa para a Promoção da Equidade</i>
06	<i>O que entendemos por Educação</i>
08	<i>Porque relacionamos Equidade, Inclusão Social e Justiça Educativa</i>
10	<i>Quais os compromissos internacionais</i>
12	<i>Comunidades educativas em movimento – como pôr em prática a equidade em educação?</i>
17	<i>Conceitos chave</i>
19	<i>Referências bibliográficas</i>

Campanha educativa para a promoção da equidade

A Campanha Educativa para a Promoção da Equidade é uma campanha orientada para compreender a origem das desvantagens que impedem a **equidade**, a **inclusão** e a **justiça social**, especialmente no campo da educação. Pretende igualmente fomentar a tomada de consciência sobre a necessidade de desenvolver atitudes, estratégias e políticas encaminhadas para compensar tais desvantagens, a fim de **transformar** as atuais realidades de falta de equidade, exclusão e injustiça social.

Tendo como linha de orientação os **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)** – estabelecidos e assumidos na Cimeira do Milénio, no ano 2000, por 189 países de todo o mundo –, através desta campanha o Estado português reforça o seu contributo para que tão fundamentais objetivos possam vir a ser alcançados.

Por isso a campanha educativa para a promoção da equidade procura:

1. Sensibilizar para os processos de exclusão e injustiça associados à falta de equidade, particularmente no exercício do direito à educação.
2. Favorecer a reflexão e compreensão da equidade, da inclusão e da justiça educativa como parte das atitudes, estratégias e políticas encaminhadas à igualdade de oportunidades.
3. Promover atitudes e valores que facilitem a participação ativa a nível local e global na transformação de processos de falta de equidade, exclusão e injustiça social, em parceria com outras iniciativas que tenham o mesmo fim.

Equidade significa expectativas elevadas e, simultaneamente, oportunidades relevantes para todos e todas. Quanto às expectativas, a **equidade em educação** desafia a crença amplamente enraizada de que nem todos e todas conseguem aprender acima de um nível mínimo de competências de literacia. Acreditar que todos e todas podem aprender e atingir objetivos básicos de educação é um passo essencial, embora não suficiente, para atingir a equidade. Há que garantir a todos e todas a oportunidade de participar num currículo comum flexível e dotado dos recursos necessários para responder às diferentes necessidades educativas.

A intenção de proporcionar igualdade de oportunidades sem garantir o acesso ao currículo regular, perpetua a falta de equidade da mais subtil das formas. As escolas não podem assegurar a equidade simplesmente estabelecendo programas especiais para os seus alunos (...) é necessária uma mudança de um sistema rígido para um flexível que assegure a equidade através das oportunidades de aprendizagem para todos.

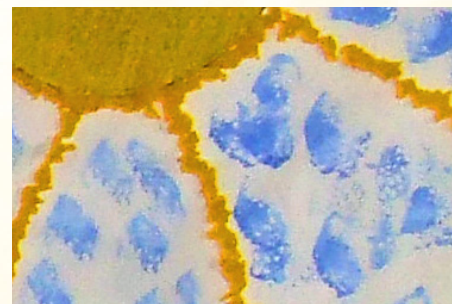
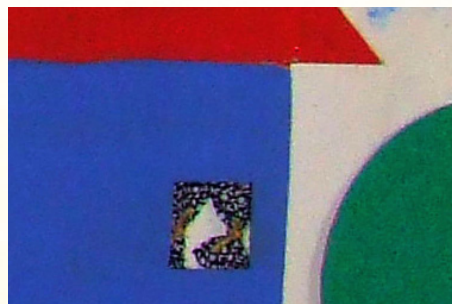
Ainscow, Porter & Wang, 1997.

Devemos ter presente que a **educação** é um dos principais instrumentos de **transformação social**, já que impulsiona as capacidades de pessoas e comunidades para a **participação ativa** nos processos políticos, económicos e sociais que os afetam, contribuindo para a criação de **espaços de encontro, co-operação e diálogo intercultural**.

É, portanto, uma fonte de oportunidades, já que o nível educativo de uma pessoa condiciona, em grande escala, as suas opções face ao **desenvolvimento** da sua vida pessoal, profissional, cultural e social.

Por sua vez, a exclusão social dificulta enormemente o exercício do direito à educação, o qual perpetua essa mesma exclusão, impedindo os processos de **mudança** para **estruturas e dinâmicas sociais mais justas**.

Neste caderno de apresentação, pretendemos caminhar no sentido de potenciar as relações existentes entre a equidade como objetivo, a inclusão como princípio de justiça e procedimento para a ação, e a educação como necessidade e direito fundamental.



O que entendemos por educação

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que respeita ao ensino elementar fundamental. A educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o reforço do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais; deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos, bem como promover o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

A educação deve assumir a difícil tarefa de transformar a diversidade num fator construtivo, que contribua para o entendimento mútuo entre pessoas e grupos. Toda a política em matéria de educação deve poder responder aos desafios do pluralismo e permitir que cada pessoa encontre o seu lugar na comunidade a que pertence em primeiro lugar e, ao mesmo tempo, dispor dos meios necessários para se abrir a outras comunidades.

(UNESCO, 2003)

Partimos de um conceito de educação com ampla aceitação internacional, adotado pela Conferência Mundial para Educação para Todos (Jomtien, 1990).

Entendemos por educação: Os processos dirigidos para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, isto é, aquelas ferramentas e conteúdos necessários para que os seres humanos possam desenvolver ao máximo as suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente no desenvolvimento, melhorar a qualidade da sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar a aprender.

Isto supõe que a identificação do direito à educação transcende a escolaridade básica, considerando-o um processo dinâmico que se prolonga por toda a vida.

A Educação é:

- Uma necessidade humana básica: esta necessidade não é unívoca; as necessidades de aprendizagem das pessoas e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada contexto e mudam inevitavelmente com o decorrer do tempo.

- Um Direito Humano: contemplado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e na legislação interna de vários Estados.

A educação inclusiva implica um processo contínuo de melhoria da escola, no sentido de garantir a participação e a aprendizagem de todos os alunos no seio de uma comunidade, com especial atenção aos mais vulneráveis à marginalização e à exclusão por motivos de incapacidade, étnicos, religiosos, linguísticos, de género ou outros. (UNESCO, 2003)

A educação intercultural e inclusiva atua no fornecimento de respostas pertinentes para todo o universo de necessidades educativas nos contextos pedagógicos escolares formais e informais. Em vez de se tornar num tema marginal sobre como se pode integrar alguns alunos na corrente educativa vigente, é uma abordagem que se foca na transformação pessoal, organizacional e dos sistemas educativos, a fim de que estes respondam à diversidade dos alunos. O seu objetivo é permitir que os docentes e os discentes assumam positivamente a diversidade e a considerem um enriquecimento no contexto educativo, em vez de ser encarada como um problema. (UNESCO, 2003)

A educação intercultural e inclusiva implica mudanças e alterações de conteúdo, métodos, estruturas e estratégias numa visão comum que abarque todas as crianças em idade escolar e a convicção de que é da responsabilidade do sistema de ensino educar todas as crianças. (UNESCO, 1994)



Porque relacionamos Equidade, Inclusão Social e Justiça Educativa

A Equidade em Educação compreende duas dimensões: "justiça" e "inclusão". A justiça está presente quando as situações pessoais e sociais não colocam barreiras ao potencial de realização educativa e a inclusão existe sempre que a todos é garantido um nível básico de educação. Quando estas duas dimensões se concretizam de forma articulada pode quebrar-se o ciclo do insucesso escolar e da desvantagem social.

(OECD, 2007)

Um dos maiores problemas que o mundo enfrenta, hoje em dia, é o crescente número de pessoas que são excluídas da participação ativa na vida económica, social, política e cultural das suas comunidades. Uma sociedade assim não é nem eficaz nem segura. (UNESCO, 2003)

Um estudo da OCDE sobre a equidade em educação, demonstra que:

1. A probabilidade de um jovem ter um mau resultado a Matemática aos 15 anos de idade é três a quatro vezes mais elevada em famílias de fracos recursos.
2. Um nível muito baixo de compreensão da leitura parece ser um indicador de abandono escolar sem aquisição das competências de base necessárias para participar plenamente na sociedade.

(OECD, 2007)

A **educação** não é só um fim e um direito em si mesmo, antes facilita o exercício de outros direitos civis. Por isso, a sua negação afeta o desenvolvimento da pessoa e incide negativamente na construção de uma sociedade democrática e participativa. Ambos os aspetos estão ligados e se alimentam mutuamente.

A **justiça educativa**, entendida como distribuição equitativa da educação enquanto bem social (Latapí, 1993), é uma exigência que decorre dos Direitos Humanos e um fator imprescindível para o desenvolvimento e a justiça social.

A **inclusão** é vista como um processo que consiste em responder às diferentes necessidades de todos os alunos através de uma maior participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade, assim como reduzir a exclusão dentro da educação. (UNESCO, 2003)

A **concretização da justiça educativa exige que se avance para a inclusão através de atitudes, estratégias e políticas que situem a equidade no centro da ação. Desde esta perspetiva, resulta impossível desvincular equidade e qualidade. Só uma educação de qualidade para todos e todas tornar a inclusão possível.** (OECD, 2007)

A **educação de qualidade contempla as características das pessoas que participam nos processos educativos e implementa as medidas adequadas à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de cada educando, incluindo as que compensam as desvantagens de origem.**

Para quebrar a dinâmica circular que se estabelece entre a falta de cumprimento do direito à educação e a exclusão social, é preciso implementar medidas de ação afirmativa que possibilitem a igualdade real de pessoas, grupos e comunidades excluídas.



Quais os compromissos internacionais

Em abril de 2000, vários governos do mundo reiteraram no **Fórum Mundial sobre Educação, em Dakar**, as suas promessas de se atingir a **Educação para Todos e Todas (EPT)**, declaradas dez anos antes em Jomtien (Tailândia). Durante a década de 90 não se verificaram os resultados esperados e por isso foram estabelecidas novas metas para 2015.

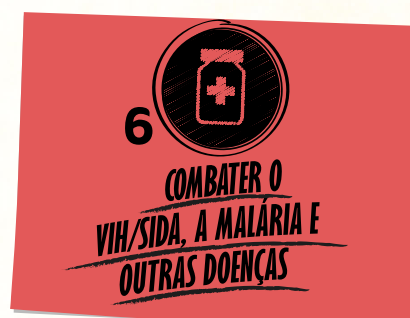
Cinco meses depois, este compromisso foi reforçado pelos 189 Estados presentes na **Cimeira do Milénio das Nações Unidas**, com a inclusão da educação entre os **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)** e referindo-a como meio de erradicar a pobreza e de promover o desenvolvimento.

Dois anos mais tarde, foi estabelecido um mecanismo para assegurar o financiamento necessário para tornar realidade esses compromissos: a EFA **Fast Track Initiative (FTI)**, recentemente nomeada como **Global Partnership for Education (GPE)** (Parceria Global para a Educação).

Metas de Educação para Todos (EPT)

1. ➤ *Aumentar e melhorar a proteção e educação integral da primeira infância*
2. ➤ *Garantir o acesso de todas as crianças ao ensino primário, gratuito e de qualidade*
3. ➤ *Velar pelas necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos*
4. ➤ *Aumentar o número de adultos alfabetizados*
5. ➤ *Suprimir as disparidades de género no ensino primário e secundário*
6. ➤ *Melhorar todos os aspetos qualitativos da educação*

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)



Comunidades educativas em movimento

como pôr em prática a equidade em educação?

A tarefa que visa tornar a escola um centro de aprendizagem mais inclusivo é vista como parte da sua missão. O processo de mudança deve ser um instrumento para alcançar os objetivos propostos. Adotar maneiras de pensar e trabalhar mais inclusivas não é um projeto, mas sim um processo. (UNESCO, 2003)

Uma comunidade educativa que se pensa...

Uma comunidade educativa em 'movimento', é aquela que procura sistematicamente identificar as barreiras que os alunos e as alunas enfrentam, particularmente os mecanismos escondidos de exclusão, com vista a experimentar novos caminhos e respostas mais adaptadas. Neste tipo de comunidades de aprendizagem, há uma preocupação constante em criar oportunidades para pensar e clarificar, em conjunto, o sentido da ação pedagógica e, sempre que necessário, reformular os princípios que a regem, à luz dos desafios da realidade. Este exercício revela-se fundamental nos processos que visam garantir uma maior equidade.

Colocar a equidade no centro da ação educativa pressupõe ouvir as diferentes vozes e usá-las para inspirar os processos de mudança. Entre as vozes 'escondidas' estão, a maior parte das vezes, as dos estudantes. Além disso, garantir o compromisso efetivo de diretores e professores, que acreditam e criam as condições para a inclusão de todos os alunos é um fator absolutamente decisivo.

A maior parte das propostas contidas nestes materiais, baseiam-se na cooperação entre alunos, pois estes são os principais recursos de aprendizagem de que a comunidade educativa dispõe. A proposta é que sejam os próprios alunos a propor as ações a desenvolver e a dinamizar a comunidade educativa para as problemáticas associadas aos ODMs e ao desenvolvimento de uma verdadeira cidadania mundial.

... que parte da competência e das práticas existentes

Tem-se constatado internacionalmente que a maioria das escolas têm mais conhecimentos do que aqueles que utilizam. A principal orientação deve ir no sentido de utilizar melhor a competência e a criatividade existente num dado contexto educativo, sugerindo assim que é necessário trabalhar junto dos professores dos centros de aprendizagem, ajudando-os a conceber novas maneiras de analisar as suas práticas.

... que utiliza os recursos existentes para apoiar a aprendizagem

No centro dos processos transformativos de educação intercultural e inclusiva está a importância atribuída a um melhor uso dos recursos. Por exemplo, conceber maneiras de trabalhar que utilizem melhor a energia humana através de uma maior cooperação entre os professores, pessoal de apoio, encarregados de educação e os próprios alunos. Consta-se também claramente que uma melhor utilização da cooperação entre as crianças contribui para o desenvolvimento de uma educação mais integradora, na medida em que cria melhores condições de aprendizagem para todos os alunos.

Uma prática experimentada com sucesso tem sido a constituição de equipas de investigação formadas por alunos voluntários, com o apoio de professores e de investigadores externos, que levem a cabo processos de pesquisa, procurando desvendar e revelar os mecanismos que na sua comunidade educativa ainda produzem falta de equidade. Os resultados dessas pesquisas são usados para apoiar os processos de autoavaliação das respetivas escolas e, por se ancorarem no ponto de vista dos alunos, podem constituir um poderoso contributo para a clarificação do sentido das ações e das estratégias a implementar em cada comunidade educativa, tendo em vista uma maior equidade.

A partir de perguntas como as que se seguem, estas equipas de investigação começam por desenvolver um foco e questões de pesquisa, passam à escolha dos métodos de recolha de informação e chegam à análise de dados e elaboração de estratégias de melhoria.

- ➔ *Quem são as crianças/jovens que não participam com sucesso nas nossas escolas?*
- ➔ *O que estamos a fazer atualmente que não consegue chegar a esses alunos?*
- ➔ *O que podemos fazer, na nossa comunidade educativa, para conhecer (e chegar a) estes alunos?*

... que encoraja processos de aprendizagem em ação

Entre os principais objetivos inerentes às práticas que inspiram a presente Campanha Educativa contam-se o de capacitar os alunos, dando-lhes protagonismo de ação nas suas escolas, e o de concretizar "a distribuição equitativa da educação enquanto bem social", não só através da sensibilização da sociedade para o cumprimento do 2º ODM, ao nível do apoio ao desenvolvimento dos países onde existem menos oportunidades, mas também nas próprias comunidades educativas em que a Campanha é trabalhada.

... que aprende a ver as diferenças como oportunidades de aprendizagem

"Os programas dirigidos a diferentes grupos em risco de exclusão têm funcionado à margem das atividades educativas gerais: programas, instituições e educadores especializados. Não obstante as boas intenções, o resultado tem sido, com demasiada frequência, a exclusão: tratam-se de oportunidades de educação alternativas que não garantem a continuação dos estudos, ou uma diferenciação que se converte numa forma de discriminação, deixando os jovens com necessidades diversas fora do ensino regular e, mais tarde, como adultos, à margem da sociedade em geral

(UNESCO, 1999)."

Uma visão positiva da diferença, que encara os problemas como desafios e oportunidades de aprendizagem, pode, com vantagem, ser desenvolvida através de processos formativos que envolvam profissionais a refletir sobre as práticas e ainda adultos, jovens e crianças, a aprender em conjunto.

... que envolve as comunidades

Muitas vezes, os centros de aprendizagem estão isolados, e por vezes em oposição, às famílias e comunidades dos alunos que deveriam estar a ajudar (Bernard, 2000). O planeamento para a equidade em educação reconhece que os pais, encarregados de educação e a comunidade podem contribuir eficazmente para a aprendizagem das crianças e que devem participar nos processos e adoção de decisões.

Contudo, constata-se que na prática os pais e encarregados de educação que participam na educação das crianças são, muitas vezes, pessoas com mais recursos e, por isso, torna-se mais difícil assegurar que as famílias dos alunos mais marginalizados participem. Investir na educação de adultos poderia facilitar o envolvimento destas pessoas na vida do centro de aprendizagem e no acompanhamento da educação dos seus filhos. É necessário também que a informação que lhes é facultada sobre a educação escolar dos seus filhos, esteja redigida numa linguagem compreensível e com um vocabulário acessível (UNESCO, 2001). Todos são fundamentais para melhorar a qualidade da educação para todos.



Todas as sugestões contidas nos materiais desta Campanha destinam-se a ser articuladas nos currículos existentes, ganhando muito em serem utilizadas por professores que trabalham cooperativamente e que podem preparar, avaliar e reformular as atividades em conjunto.

... que apoia os agentes educativos

O apoio aos agentes educativos é decisivo para a propagação de centros de aprendizagem mais inclusivos. Este apoio pode referir-se a vários aspetos:

- Se os dirigentes demonstrarem que apoiam firmemente o processo de mudança, será mais fácil para os professores e outros profissionais da educação, juntamente com a comunidade, dedicarem, também o seu tempo e recursos a esse processo;
- Os agentes educativos necessitam que se apoie o seu trabalho em termos de material de informação e estudo para que possam preparar as suas aulas e atualizar os seus conhecimentos;
- Na necessidade de reservar tempo para os agentes educativos pararem e analisarem em conjunto os desafios da prática.



Dez Medidas para a Equidade em Educação

(OECD, 2007)

Os sistemas educativos devem conjugar igualdade de oportunidades e inclusão na sua conceção, nas suas práticas e nos seus recursos. A OCDE propõe dez medidas que reduzirão o insucesso e o abandono escolares, tornarão a sociedade mais justa e evitarão importantes custos sociais relacionados com a existência de adultos marginalizados pouco qualificados.

Concepção

1. Limitar a orientação precoce para vias diferenciadas ou para turmas de nível e evitar a seleção com base nos resultados de aprendizagem.
2. Gerir cuidadosamente a liberdade de escolha de escola a fim de controlar os riscos de desigualdade.
3. No ensino secundário organizar alternativas de estudo atraentes, eliminar as vias fechadas e prevenir o abandono escolar.
4. Oferecer segundas oportunidades para a realização de estudos.

Práticas

5. Identificar e apoiar sistematicamente os alunos com dificuldades de aprendizagem e reduzir as taxas elevadas de repetição de ano.
6. Reforçar os laços entre a escola e a família para ajudar os pais desfavorecidos a saberem apoiar os seus filhos nos estudos.
7. Ter em conta a diversidade e desenvolver formas bem sucedidas de integração de migrantes e de minorias na educação regular.

Recursos

8. Oferecer uma sólida educação a todos, dando prioridade aos recursos para a educação de infância e ensino básico.
9. Orientar os recursos para os alunos que têm mais necessidade, para que as comunidades mais pobres tenham uma oferta, pelo menos, equivalente à das que têm mais meios e para que seja dado apoio às escolas com dificuldades.
10. Fixar objetivos concretos e quantificados para melhorar a equidade, particularmente no que se refere ao insucesso e abandono escolares.

Contar com todos, significa, ainda tirar partido da criatividade existente, que se traduz no envolvimento das diferentes pessoas – com os seus diferentes modos de ver, sentir e pensar – nos processos que visam melhorar as respostas educativas, numa fidelidade ao contexto e, simultaneamente, numa visão planetária que reconhece as interdependências e desafios comuns.

Conceitos-Chave

CIDADANIA GLOBAL

"O conceito de Cidadania Global (...) continua a representar um vínculo entre o indivíduo e a sociedade, mas vivido numa multiplicidade de escalas e de relação. Esta relação é, por um lado, interna ao próprio indivíduo (...). Por outro lado, é uma relação entre territórios de conhecimento e de pertença, onde cada um não pode já só conhecer e ter um saber restrito à comunidade onde vive o seu quotidiano. Exige-se uma participação no mundo, a consciência das interdependências entre local e global, entre centro e periferia, entre poder e soberania, entre individual e coletivo..." (CIDAC, 2007)

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

"É a educação que forma a totalidade da pessoa potenciando o pleno desenvolvimento de todas as suas dimensões, a que dá valor à sua unicidade individual e à sua pertença sócio-cultural, favorecendo a apropriação e construção pessoal de conhecimentos, atitudes e habilidades; é a que capacita para melhorar a qualidade de vida pessoal e da comunidade, comprometendo as pessoas na construção de uma sociedade mais justa e humana" (Fe y Alegría, 2004).

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

"(...) é um processo dinâmico, interativo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável" (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2002).

EQUIDADE

Significa expectativas elevadas e, simultaneamente, oportunidades relevantes para todos. Quanto às expectativas, a equidade em educação desafia a crença amplamente enraizada de que nem todos conseguem aprender para além de um nível mínimo de competências de literacia.

INCLUSÃO

Processo que consiste em responder às diferentes necessidades de todos, através de uma maior participação na aprendizagem, na cultura e na comunidade. (UNESCO, 2003)

INTERCULTURALIDADE

Um processo que pressupõe o respeito e a afirmação da identidade própria de cada um e a capacidade de aprender a viver (comunicar e interagir) com os outros num mundo que é de todos.

JUSTIÇA EDUCATIVA

"A realização da justiça educativa supõe a distribuição equitativa da educação como bem social. (...) diferentemente dos restantes bens sociais, a educação é assimilada pelo sujeito, transformando-o e tornando-se constitutiva do seu ser" (Latapí, 1994). A "Justiça Educativa (iguais oportunidades de educação e aprendizagem ao longo de toda a vida para todos) só pode ser acompanhada de Justiça Económica (satisfação das necessidades básicas de toda a população, entre elas a própria educação)" (Torres, 2005).

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Princípio que garante a igualdade de direitos, através da eliminação de obstáculos de carácter social ou pessoal, que situam as pessoas em posição de desvantagem face ao cumprimento dos seus direitos.

Referências Bibliográficas

AINSCOW, 2000

"O processo de desenvolvimento de práticas mais inclusivas em sala de aula". Comunicação apresentada no Simpósio "Improving the Quality of Education for All" Cardiff.

AINSCOW, PORTER & WANG, 1997

"Caminhos para as Escolas Inclusivas". Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (textos originais em inglês apresentados em Salamanca, 1994).

ANDRÉ, 2005

"Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização". Coimbra: Ariadne Editora.

BANKS, 1994

"An introduction to multicultural education". Massachusetts: Allyn & Bacon.

BERNARD, 2000

"Education for All and Children who are Excluded". Education for All 2000 Assessment. Thematic Studies.

CIDAC, 2007

"Educação para a Cidadania Global: um convite a olhar e a transformar o mundo". Projeto "Conectando mundos". Desdobrável.

FE Y ALEGRÍA, 2004

"La Calidad de la Educación Popular. Una aproximación desde Fe y Alegría". XXXIV Congresso Internacional de Bogotá (Colômbia), 2003.

LATAPÍ, 1993

"Reflexiones sobre la justicia en la educación". Revista Latinoamericana de Estudios Educativos, Vol. XXIII, nº 2, 1993.

OECD, 2007

"No More Failures, Ten Steps to Equity in Education". OECD, Paris. Traduzido por Teresa Gaspar para a revista NOESIS, nº 72.

OUELLET, 1991

"L'Éducation Interculturelle: Essai sur le contenu de la formation des maîtres". Paris: Éditions L'Harmattan.

TORRES, 2005

"Justicia Económica y Justicia Educativa". Madrid: Entreculturas.

UNESCO, 1994

"Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y Calidad". UNESCO y Ministerio de Educación y Ciencia, España. Paris: UNESCO.

UNESCO, 1999

"From Special Needs Education to Education for All. A Discussion Document". Tenth Steering Committee, Sede de la UNESCO, Paris, 30 de septiembre y 1 de octubre.

UNESCO, 2001

"Open File on Inclusive Education". Paris: UNESCO.

UNESCO, 2003

"Superar a exclusão através de abordagens integradoras em educação: UM DESAFIO & UMA VISÃO". Documento conceptual, UNESCO, 2003.

Campanha educativa para a promoção da equidade.

